



Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos
(PEA-BC)
Região 5

Plano de Trabalho da Fase III do Projeto de Educação Ambiental
Territórios do Petróleo Revisão 02

**LINHA DE AÇÃO B: CONTROLE SOCIAL DA APLICAÇÃO
DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DA PRODUÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

Setembro de 2019

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	------------------------------	---	------------------	---------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Localidades representadas pelos participantes dos Núcleos de Vigília Cidadã

Tabela 2: Indicadores qualitativos e quantitativos

Tabela 3: Cronograma financeiro do Plano de Trabalho PEA-TP (em R\$)

Tabela 4: Cronograma físico

INDICE

1. **SUMÁRIO EXECUTIVO**
2. **MARCO LÓGICO-CONCEITUAL**
3. **PREVISÃO DO RECORTE ESPACIAL**
4. **PÚBLICO DEFINIDO**
5. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**
6. **METODOLOGIA CONSOLIDADA**
 - 6.1 **Estratégia Executiva: planejamento, avaliação e monitoramento**
7. **ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO**
8. **METAS**
9. **INDICADORES**
10. **LINHAS DE INVESTIGAÇÃO**
11. **PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS**
12. **PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**
13. **CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIRO**

ANEXOS

ANEXO 1: Projeção da incidência do PEA-TP no percurso para alcançar o controle social e etapas percorridas.

ANEXO 2: Quadro Síntese: Objetivos, metas, indicadores

ANEXO 3: Relação de Perfil dos profissionais envolvidos

ANEXO 4: Cadastro Técnico Federal do responsável técnico

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Trabalho em evidência corresponde à proposta de continuidade do Projeto de Educação Ambiental (PEA) “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos” por mais um período de 24 meses. Este projeto compõe o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) em atendimento ao processo administrativo nº 02022.000469/2015-19, no contexto da implementação das medidas de mitigação de impactos ambientais de licenciamento ambiental federal inserido na Linha de Ação B – “Controle social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural”, conforme diretrizes da NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10.

No âmbito deste PEA, controle social é entendido como a admissão de segmentos tradicionalmente alijados ao controle sobre as ações dos governantes (BOSCHI, 1999). Em consonância, a noção de participação social foi concebida na perspectiva do “controle social” no sentido dos setores organizados da sociedade participarem desde as suas formulações – planos, programas e projetos – até o acompanhamento de suas execuções.

Dentro dessas premissas, o PEA Territórios do Petróleo (TP) foi iniciado em 2014 com o objetivo de mitigar a desinformação sobre as rendas petrolíferas na região, observada durante o Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC (2012). Em sua **Fase I** (2014-2016), por meio das etapas de **sensibilização** e **formação**, buscou conhecer e se fazer conhecido pelas comunidades identificadas como vulneráveis aos impactos negativos da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC). Neste contexto, iniciou o campo identificando as instituições locais e suas lideranças, os grupos sociais pertencentes às localidades e os atores sociais com potencial de liderança. Para compor cada Núcleo de Vigília Cidadã (NVC), considerou os seguintes critérios: participação nas atividades promovidas pelo projeto, perfil de formador de opinião (a partir da participação nas ações), interesse na proposta do projeto e pertencimento às comunidades identificadas no DP. O projeto culmina sua **Fase I** com a formação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) nos dez municípios de sua área de abrangência, após sucessivas atividades formativas.

A **Fase II** (2017-2019) teve como principal objetivo a **consolidação dos NVC** com a perspectiva de constituir uma identidade grupal e de possibilitar uma conexão entre as localidades e os grupos sociais identificados como vulneráveis aos impactos em cada município. Durante a Fase II as ações educativas objetivaram oportunizar o sentimento de pertencimento aos NVC, a valorização dos saberes tradicionais e o aprofundamento do

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

conhecimento local e regional considerando a BC. A ênfase das ações educativas da Vigília Cidadã foi dada na ampliação do conhecimento e análise crítica a respeito da composição e volume das rendas petrolíferas, da morfologia e funcionamento do orçamento público municipal e da identificação dos conflitos, problemas e potencialidades dos municípios e das microrregiões para o exercício do controle social na esfera da transparência do acesso a informação.

Portanto na Fase III pretende-se dar sequência ao processo educativo de integração/interação qualificada dos NVC na procura de aumentar o conhecimento e informação sobre as rendas petrolíferas e promover a incidência política no controle social mediante o acompanhamento na condução da gestão pública de sua aplicação nos municípios de atuação. Este estágio de VC representa para os núcleos maior participação cidadã, que demanda mobilização focada para o acesso à informação pública, capacidade de organização e agendamento social, conhecimento crítico e o desenvolvimento de estratégias de comunicação popular e habilidades cognitivas para lidar com instrumentos de planejamento e execução das finanças públicas e com o acesso aos dispositivos legais de transparência previstos na LAI (Lei de Acesso a Informação - Lei no 12.527/2011).

Tais habilidades vêm sendo exercitadas, por exemplo, na VC sobre o acesso às ferramentas de transparência municipais para solicitação de esclarecimento sobre orçamento público, na participação qualificada em audiências públicas e na elaboração de planilha de acompanhamento da previsão de aplicação das rendas petrolíferas municipais, tendo por base as Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Esses exercícios serão aprofundados na Fase III.

É aqui que os NVC voltados a acompanhar a condução da gestão pública passarão nesta nova fase do PEA-TP a ter papéis de incidência política e controle mais fortes, principalmente em nível local, pois é no âmbito local que as instituições são mais sensíveis às necessidades dos cidadãos, uma vez que a representatividade se expressa de forma mais concreta pelos ocupantes dos espaços decisórios e, ao mesmo tempo, é mais permeável à participação direta.

2. MARCO LÓGICO-CONCEITUAL

Em termos gerais, transparência é o processo de observação pública de determinados fenômenos sociais e políticos dentro de um regime de democracia deliberativa (DUTRA, 2016). A transparência ganha maior impulso visibilidade com a promulgação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar no 101/2000) e mais recentemente com a LAI (Lei de Acesso a Informação - Lei no 12.527/2011), que regula e dispõe sobre

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

os procedimentos que devem ser adotados por todos os entes da federação, com objetivo de garantir o acesso à informação previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 2011).

A democracia deliberativa não se fundamenta em um ponto de observação universal e neutro capaz de lançar luz sobre todas as ações governamentais, mas sim da observação situada e parcial de cada grupo sobre outro. Democratizar o controle social exige, nas arenas da democracia, abrir possibilidades de observação mútua, o que passa, necessariamente, por empoderar fundamentalmente grupos vulneráveis com recursos para este exercício.

A proposta de base conceitual do PEA-TP se fundamenta na articulação de princípios da educação ambiental crítica, aplicados à gestão ambiental pública mediados pela instrumentação da Vigília Cidadã (VC) enquanto escopo metodológico desenhado para a ação social na arena política. Em termos gerais na literatura clássica, ação social é todo comportamento humano que se orienta pelo comportamento ou pela expectativa de comportamento de outros seres humanos. Entretanto na atualidade a interpretação dos sentidos da ação encontra-se em disputa em contextos marcados em decorrência do esgarçamento das relações sociais. Nesse contexto, busca-se com o PEA-TP amenizar essa disputa, impedindo que gestos expressivos de carências sociais vividas em situações-limite sejam compreendidos apenas a partir do olhar das classes dominantes. As ações planejadas devem se fundamentar no reconhecimento das características mais abrangentes das conjunturas econômicas e políticas e na valorização de cada gesto de resistência do outro (RIBEIRO; LOURENÇO, 2005). A ação prevista é para incidir direta (por ela mesma) ou indiretamente (contribuindo para que outras ações incidam) sobre o uso das rendas petrolíferas, com o objetivo de esclarecer e fortalecer o caminho de acesso dos sujeitos da ação educativa (SAE) aos dispositivos de controle social (transparência) e à deliberação política de como os governantes empregam ou deixam de empregar estes recursos. **O sentido da ação social promovida pelos NVC** é o controle social no uso destas rendas petrolíferas, ou seja, é um meio para outras ações, as **ações específicas do controle social**. Todas as atividades do projeto visam a este objetivo.

As ações específicas de participação dos NVC no controle social (ações-fins) nesta fase III exigem principalmente informação e conhecimentos adequados sobre diversos assuntos relacionados ao modo como os recursos públicos são usados pelos governantes, especialmente sobre a dinâmica de elaboração e execução do orçamento público municipal.

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

Deste modo, o exercício do controle social fica debilitado frente à falta destes conhecimentos indispensáveis.

No PEA-TP o conceito de informação **é outro elemento estruturante de ação**, pois o objetivo perseguido é mitigar desinformação dos SAE, aprofundando os conhecimentos sobre as rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais) e os dispositivos de controle social, diminuindo a assimetria informacional dos integrantes dos NVC. O conceito de informação passou a se entender como a reunião ou conjunto de dados e conhecimentos organizados que possam constituir referências sobre as rendas petrolíferas e suas implicações na composição das finanças públicas municipais e suas destinações.

Na atual relação cidadão-cidadão é razoável argumentar que um maior acesso à informação pública, mesmo que não possa ser direta e imediatamente associado à redução das desigualdades na distribuição de recursos materiais, certamente tenderá a reduzir as desigualdades políticas em favor daqueles que se encontram em situações menos favoráveis, propiciando-lhes melhores condições para participar do debate político no país.

Outra dimensão constatada do efeito negativo da desigualdade de acesso à informação pública pode ser verificada na relação entre Estado e cidadãos (PRATA, 2007). Esta é caracterizada também por um elevado grau de assimetria informacional, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, a favor do Estado que se encontra em situação privilegiada de acesso e controle de fontes informativas. Se os cidadãos dispõem de pouca informação e não usufruem de seu direito a ela, podem preferir deixar o governo agir com amplo grau de discricionariedade anulando possibilidade de exercício do controle social. Já no âmbito da comunicação, a informação passa a ser entendida como o conhecimento comunicado (CAPURRO, 2012) ou que se torna público através dos meios utilizados.

Para atingir o controle social, a metodologia da Fase III se compõe de um repertório de práticas pedagógicas (explicitadas no item 6), de caráter crítico, dialógico e horizontal, construído e testado ao longo do processo educativo da Vigília Cidadã. O mesmo está focado no aumento da perícia dos sujeitos da ação educativa no acesso à informação pública disponível sobre os temas elencados, no incentivo no discernimento crítico contextualizado dos conteúdos abordados nas formações e na coprodução e partilha de conhecimento, mediado pelas teorias da ação social e pelas ferramentas da comunicação popular e os recursos informacionais disponibilizados pelo PEA –TP (página WEB, Banco de Imagens e boletins).

Em suma o marco conceitual do PEA -TP sustenta, na sua escala regional de abrangência, melhorar os níveis de informação, compreensão pública e consciência cidadã dos SAE sobre a questão das rendas petrolíferas e sua relação com as finanças públicas propiciando o controle social mediante o aumento das práticas de participação comunitária qualificada no acompanhamento da condução da gestão pública de sua aplicação nos municípios de atuação.

A imagem apresentada no Anexo 1 (figura 1) a partir do relacionamento entre os elementos que compõem a lógica vertical e horizontal que conecta os níveis da matriz, representa a projeção da incidência do PEA-TP no percurso para alcançar o controle social, aqui entendido como a resultante da interseção entre os eixos ação social, participação social e conhecimento. Idealmente, a combinação de intensidades máximas de ação social, participação social e conhecimento se traduziria em um nível ótimo de controle social. Inversamente, um nível mínimo nos três parâmetros (ponto “zero” dos três eixos) significaria de forma esquemática uma situação de ausência total de controle social.

Já no Anexo 2, (figura 2) se apresenta a representação das etapas percorridas pelo PEA-TP e quais ainda almeja percorrer nesta fase para o controle social.

3. PREVISÃO DO RECORTE ESPACIAL

Tabela 1: Localidades representadas pelos participantes dos Núcleos de Vigília Cidadã

MUNICÍPIO	Localidades impactadas identificadas pelo DP	Localidades impactadas identificadas pelo PEA-TP e NVC	Localidades representadas no NVC
SÃO JOÃO DA BARRA	Água Preta; Atafona; Praia do Açú; Mato Escuro (4)	Bajuru; Cajueiro; Grussaí; Quixaba; Vila da Terra (5)	Água Preta; Atafona; Bajuru; Cajueiro; Grussaí; Mato Escuro; Praia do Açú; Vila da Terra (8)
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Coroa Grande; Dores de Macabu; Farol de São Thomé; Lagoa do Vigário; Ururaí; Parque Prazeres; Ponta Grossa dos Fidalgos; Terminal Pesqueiro (8)	Cambaíba; Parque Califórnia; Quilombo de Lagoa Feia (3)	Cambaíba; Farol de São Thomé; Parque Califórnia; Quilombo de Lagoa Feia; Parque Aeroporto; Parque Guarus; Parque Prazeres; Ururaí; Dores da Macabu(9)
QUISSAMÃ	Barra do Furado; Caxias/Ribeira; Centro; Machadinha (4)	Alto Grande; Bacurau; Beira de Lagoa; Boa Vista; Capivari; Flexeiras; Matias; Mutuns; Santa Luzia; Sítio Quissamã; Praia de João Francisco. (11)	Barra do Furado; Machadinha; Caxias/Ribeira; Centro; Matias; Sítio Quissamã (6)
CARAPEBUS	Barreiros; Caxanga; Centro; Fundão; Itaquira; Praia de Carapebus; Rodagem; Sapecado; Ubás (9)	Botafoguinho; Ingazeira; Lameiro; Loteamento APCC; Sonrisal (5)	Barreiros; Centro; Fundão; Sapecado; Ubás, Rodagem; Loteamento APCC (7)
MACAÉ	Águas Maravilhosas; Barra de Macaé; Complexo da Ajuda (Ajuda de Baixo, Ajuda de Cima, Planalto da Ajuda); Fronteira; Lagomar; Nova Esperança; Novo Botafogo; Virgem Santa (8)	Assentamento Prefeito Celso Daniel; Aterro do Imbuuro; Bosque Azul; Nova Holanda; Horto de Macaé (5)	Assentamento Celso Daniel; Imbetiba; Nova Esperança; Nova Holanda; Riviera Fluminense (5)
RIO DAS	Âncora; Boca da Barra; Cantagalo; Liberdade; Mar do Norte; Nova	Cidade Praiana; Enseada das Gaivotas; Palmital; Nova	Âncora; Boca da Barra; Enseada das Gaivotas; Jardim Campomar; Mar do

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

OSTRAS	Esperança; Rocha Leão (7)	Cidade(4)	Norte; Novo Rio das Ostras; Operário (7)
CASIMIRO DE ABREU	Arroz; Barra de São João; Bairro Industrial; Medeiros; Palmital (5)	Assentamento Visconde; Ribeirão, Sebastião Lan Gleba II (3)	Assentamento Sebastião Lan Gleba II; Bairro Industrial; BNH; Jardim Aparecida; Mataruna; Parque Vale do Indaiacú; Perimetral Leste; Vila Nova; Village do Poeta (9)
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	Baía Formosa; Geribá; Manguinhos; Maria Joaquina; José Gonçalves; Praia dos Ossos/Centro; Rasa; Tucuns (8)	Cem Braças; São José (2)	Baía Formosa; Geribá; José Gonçalves; Manguinhos; Praia dos Ossos/Centro; Rasa (6)
CABO FRIO	Botafogo; Gamboa; Jardim Caiçara; Jardim Esperança; Maria Joaquina; Monte Alegre; Però; Tamoios; Tamoios - Rio São João; (9)	Angelim; Boca do Mato; Buraco do Boi; Célula; Guriri; Guarani; Itajuru; Jacaré; Jardim Náutico; Mater; Manoel Correa; Pacheco; Palmeiras; Parque Burle; Praia do Siqueira; Porto do Carro; Vila do Ar; Vila do Sol; São Jacinto; Tangará; (20)	Jardim Caiçara; Jardim Esperança; Monte Alegre; Praia do Siqueira; Tamoios; (5)
ARRAIAL DO CABO	Caiçara; Figueira; Morro da Cabocla; Morro da Boa Vista; Praia dos Anjos; Prainha; Pernambuco; Monte Alto; Roça Velha (9)	Parque das Garças; Praia Grande; Praia do Pontal; Novo Arraial; Sabiá; Sítio; Vila Industrial (7)	Caiçara; Figueira; Prainha; Monte Alto; Morro da Cabocla; Morro da Boa Vista; Pernambuco; Vila Industrial; Praia Grande. (9)

4. PÚBLICO DEFINIDO

Mantém-se o foco no público diversificado para assegurar o atendimento ao previsto na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10. Aliando a avaliação geral desenvolvida em atendimento à exigência do IBAMA e à experiência obtida na Fase II, foi identificada a diversidade como uma **potencialidade** que proporciona à comunidade de aprendizado a possibilidade do fortalecimento das identidades múltiplas e o respeito e a valorização das diferenças, além de facilitar a identificação das afinidades eletivas dos grupos e suas conexões.

Alicerçadas nesse contexto e nas observações do órgão ambiental, as análises sobre tal potencialidade apresentaram um desafio metodológico de condução pedagógica, no sentido de observar parâmetros entre os grupos, que orientem a reflexão didática e as práticas. O potencial supracitado foi reconhecido pelos integrantes dos NVC pelo uso correto das rendas petrolíferas envolver diferentes setores da ação governamental, como educação, saneamento, proteção ambiental, mobilidade urbana, e, por esta razão, afetar diferentes segmentos sociais.

Neste sentido, a diversidade interna do público do PEA-TP abarca maior variedade de grupos e interesses afetados. O interesse concreto em que as rendas petrolíferas sejam empregadas neste ou naquele setor da ação pública é uma fonte indispensável de orientação para a ação social de participação e controle social. A emergência ou fortalecimento de uma “cultura de participação” não pode ser pensada sem esta vinculação com os interesses.

A partir da análise dos resultados da avaliação observa-se que a diversidade do público também permite que o PEA-TP se articule com diferentes modos de construção da

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

identidade social e de sua relação com o território. Tanto na trajetória de vida como na vida cotidiana, relações sociais formatadas espacialmente conformam o que denominamos **territorialidade dos sujeitos da ação educativa**. A constituição de diferentes territorialidades representa a formação de distintos padrões organizacionais de inclusão e exclusão cotidianas em diversas esferas da vida social.

Deste modo, as desigualdades sociais tendem a assumir a forma de acesso/não acesso diferencial aos territórios privilegiados pela presença de organizações (empresas, hospitais, escolas, teatros etc) que “administram” e decidem a inclusão e a exclusão de indivíduos e grupos nestas diferentes esferas da vida social (KUHN, 2000).

Como resultado da observação ao longo da Fase II, foram definidos três grupos operativos como parâmetro para a abordagem pedagógica da diversidade do público: jovens; adultos moradores urbanos; e adultos moradores rurais, incluindo comunidades tradicionais. Os jovens (14 a 29 anos), cuja definição transcende uma questão etária, considerando também o critério sociocultural, têm se agrupado pelas afinidades eletivas nas atividades do PEA. Assim como ocorre com os jovens, a distinção entre urbanos e rurais leva em conta os impactos da indústria do petróleo que afetam a territorialidade e a identidade dos grupos. Reconhece-se que as comunidades tradicionais nem sempre estão estabelecidas em zonas rurais e que se haverá de considerar a efetiva identificação em cada grupo.

Acredita-se ter a oportunidade de atender metodologicamente tais grupos, a partir da sistematização das análises e experiências adquiridas no campo. Esses grupos são representados direta e indiretamente.

Público direto: Representantes de agentes comunitários; lideranças comunitárias identificadas no DP do PEA-BC (membros de associações de moradores, quilombolas; trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores) e lideranças não instituídas e identificadas no processo formativo do PEA-TP.

Público indireto: Representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores; agremiações estudantis universitárias, sejam eles impactados diretamente ou não, mas que sustentam papéis ativos no âmbito produtivo e social dos municípios selecionados.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O PEA-TP pretende contribuir para que os SAE dominem e compartilhem com suas bases sociais informações que lhes permitam influir na disputa pela destinação dos

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

recursos nos orçamentos municipais. Busca-se: a) promover a compreensão sobre o orçamento público e seu funcionamento e b) fortalecer a incidência política dos NVC nos espaços deliberativos e nos dispositivos de controle social que monitoram a transparência da aplicação da renda petrolífera nos municípios da região.

Seus objetivos pedagógicos são:

- I. Desenvolver ações que permitam aos sujeitos da ação educativa conhecer o processo político e legal de elaboração e execução do orçamento público municipal;
- II. Pôr em prática ações que permitam aos sujeitos da ação educativa conhecer as fontes das rendas petrolíferas municipais, compreender as vinculações legais que condicionam sua aplicação e rastrear sua destinação via elaboração e execução do orçamento municipal;
- III. Conferir protagonismo aos sujeitos da ação educativa na construção e/ou manuseio de ferramentas destinadas a disseminar conhecimentos sobre rendas petrolíferas e orçamento público municipal;
- IV. Promover e divulgar investigações científicas e de extensão no campo interdisciplinar que subsidiem o instrumental pedagógico da Vigília Cidadã e as práticas do PEA-TP no contexto da gestão ambiental pública do PEA BC.

6. METODOLOGIA CONSOLIDADA

Na recente trajetória do PEA-TP, o foco de ação e o público diversificado foram revisitados por todos os atores sociais envolvidos no projeto, a fim de avaliar os caminhos a serem percorridos alinhando às hipóteses e às propostas pedagógicas contidas neste Plano de Trabalho. As orientações efetuadas pelo IBAMA e as proposições provenientes dos sujeitos da ação durante a construção coletiva para a Fase III foram acolhidas na proposta.

No *corpus* metodológico se integram as noções de informação, comunicação popular e conhecimento como conceitos articuladores da VC.

O PEA-TP adota a noção da informação como conhecimento comunicado concebido como valor público pedagogicamente enraizado na matriz de comunicação popular. Entende-se por comunicação popular uma forma emancipatória de expressão de segmentos excluídos da população, no processo de mobilização social comunitária ativa, visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social (PERUZZO, 2006). Nesta linha de pensamento, destaca-se a contribuição de Mário Kaplún (1985) que, ao se referir ao

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. As mediações comunicativas, nessa perspectiva, são concebidas como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”. A comunicação popular se recria continuamente na sua práxis adaptativa à diversidade de contextos e sujeitos, mas mantém seu potencial de instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente mais justa.

Entendemos a comunicação popular na VC como uma intencionalidade que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, incluindo a comunicação presencial dos NVC.

Com base na perspectiva da educação popular a apropriação e uso da comunicação no ecossistema do projeto propõe ser mais que transmissão de informações. Por meio do desenvolvimento do espaço transmidiático do PEA-TP (convergência de mídias que conjugam página eletrônica, Banco de Imagens e formas de comunicação contemporâneas) busca-se potencializar o agir comunicativo dos SAE na esfera pública, fortalecendo o protagonismo, o direito à informação do cidadão e nivelando conhecimentos e comportamentos coletivos. Nas práticas dos NVC, durante a Fase III, o virtual e o presencial aspiram a se complementar numa teia educativa baseada nos encontros regulares, no fortalecimento de vínculos (cultivo social) e na consolidação de comunidades interpretativas e de informação/formação sobre rendas petrolíferas e formas de controle social estabelecidas na região. Espera-se nesta fase desenvolver uma interface mais ativa do Banco de Imagens com a página eletrônica do PEA-TP e outras formas de comunicação, onde os NVC possam participar de forma regulada integrando conteúdos como pautas, informações e narrativas audiovisuais em formatos e linguagens acessíveis (p.e. publicação de ficheiros multimídia na Internet, técnica conhecida como Podcasting).

Durante a Fase II, o empenho se direcionou a dar resposta de forma gradual e participativa às necessidades pedagógicas e demandas de mobilização social surgidas das discussões com os sujeitos da ação. A VC passou a atuar no tecido destes grupos afetados como mediação cognitiva para mitigar os efeitos políticos, socioeconômicos e culturais regressivos da desinformação sobre o uso das rendas petrolíferas nas gestões municipais.

Espera-se que a democratização das informações sobre as rendas petrolíferas junto ao público direto se reflita sobre o público indireto por meio da comunicação popular.

Outra dimensão importante para a construção pedagógica da ação social dos NVC, que entendemos como a incidência política dos mesmos, estará amparada pelas pesquisas planejadas para a Fase III do Projeto, ancoradas em duas linhas de atuação: 1) “Rendas petrolíferas, controle social e Vigília Cidadã” e 2) “Educação popular, metodologias participativas e avaliação no licenciamento ambiental”. (As linhas de pesquisa estão melhor explicitadas no item 10).

Todas as ações pedagógicas abaixo descritas visam à qualificação dos membros dos NVC. Cada ação está referenciada à meta à qual está vinculada, conforme item 8.

Meta 1 - Ação 1.1: Oficina de Vigília Cidadã

Objetivo da ação: Estimular a troca de experiências entre os saberes e as práticas regionais dos membros dos NVC, proporcionando um espaço para que, em conjunto, seja realizada a **avaliação da Fase III e a ação de culminância das atividades**.

Resultados esperados: Fortalecimento das redes regionais; avaliação do desenvolvimento das ações metodológicas pensadas para a Fase III; troca de experiências entre os NVC.

Roteiro metodológico: Será realizada **uma (1) oficina de Vigília Cidadã** no final do segundo ano. Esta oficina será destinada à **avaliação da Fase III do PEA TP** e à **ação de culminância das atividades** propostas no presente plano de trabalho, tendo como questão principal **as trocas de experiências e vivências** adquiridas pelos membros dos NVC ao longo da fase, visando **o fortalecimento das redes**. Além disso, busca-se propiciar espaços de diálogo, onde as semelhanças e as particularidades de cada região possam ser percebidas, de maneira conjunta e relacional, a partir, por exemplo, dos impactos gerados pela indústria de óleo e gás e do orçamento público municipal.

A oficina tem previsão de até três dias de duração e será planejada de forma coletiva, com a participação de técnicos, pesquisadores e sujeitos da ação educativa. Para isso, serão realizados previamente, como estratégia metodológica, **três (3) encontros microrregionais anuais de planejamento**, sendo um (1) por microrregião. Nesses encontros será imprescindível o envolvimento dos sujeitos da ação educativa no processo pedagógico de elaboração, construção e execução das oficinas.

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

Também ocorrerão **três (3) encontros microrregionais de avaliação** depois do primeiro ano da Fase III com o intuito de realizar a primeira avaliação sistemática do projeto junto aos NVC.

Meta 2 – Ação 2.1: Reuniões ordinárias do Núcleo de Vigília Cidadã

Objetivo da ação: Propiciar aos NVC condições de pesquisar informações sobre o ciclo orçamentário municipal, entender a linguagem técnica na qual são publicadas e construir estratégias de ação coletiva baseadas em tais informações.

Resultados esperados: NVC qualificados para entender a linguagem dos orçamentos municipais e para participar de interlocução a respeito com grupos sociais organizados e com esferas municipais de deliberação.

Roteiro metodológico: As reuniões ordinárias ocorrerão nas dez (10) sedes do PEA-TP, com até oito horas de duração mensais, que poderão ser cumpridas em um ou dois encontros, respeitando a definição dos membros do NVC. A cada três meses com reuniões ordinárias se seguirá um mês dedicado exclusivamente às reuniões comunitárias. As reuniões ordinárias serão o principal espaço formativo e reflexivo, permitindo o aprofundamento teórico que possibilite o alcance dos objetivos. Os encontros envolverão a apropriação de (a) noções gerais sobre o processo decisório envolvendo o ciclo orçamentário municipal; (b) especificidades da legislação local a respeito dos momentos abertos à participação popular e cidadã no processo decisório (pois a legislação geral não é precisa a esse respeito); e (c) noções básicas sobre a contabilidade dos municípios. A apropriação desse conjunto de habilidades deverá se dar por meio de atividades dialógicas coordenadas pela equipe técnica e baseadas no uso de materiais pedagógicos elaborados pela própria equipe ao longo das fases I e II.

Meta 5 - Ação 5.3: Reuniões Comunitárias

Objetivo da ação: Promover o debate ampliado sobre temas de interesse dos NVC nas comunidades dos próprios membros, visando o reconhecimento da realidade dos grupos, além de incentivar o exercício da cidadania dos atores sociais envolvidos na ação, de modo a exercerem o controle social das rendas petrolíferas.

Resultados esperados: Desenvolvimento da capacidade dos membros dos NVC de inter-relacionar os temas debatidos nas reuniões ordinárias com a realidade de vida de suas localidades; realização do debate sobre o desenvolvimento de pautas e de metodologias que levem informação qualificada sobre o contexto das rendas petrolíferas às comunidades;

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

estímulo à participação da população nos espaços de debate sobre o orçamento público municipal; estímulo à mobilização e exercício para o controle social; incentivo à incidência política por meio da comunicação popular.

Roteiro metodológico: O modelo adotado para essa ação tem como proposta a realização de reuniões locais, organizadas pelos membros dos NVC, de modo a ampliar o debate sobre os temas abordados durante os encontros do grupo. O protagonismo que os membros terão na definição das ferramentas de diálogo e na mobilização comunitária visando exercitar na prática o conhecimento construído nas ações de formação do projeto.

Assim, as reuniões comunitárias são espaços voltados para o compartilhamento, troca de informação e aprofundamento da percepção sobre os problemas, conflitos e potencialidades vividos em cada uma das comunidades. A proximidade com as comunidades identificadas como vulneráveis pelo DP do PEA-BC e pelo PEA-TP possibilitará também aos membros do NVC a visão comparativa da realidade permitindo a vocalização por parte dos SAE das necessidades expressadas.

Esta ação auxiliará na capacitação dos membros do NVC para a ação social e incidência política, o que conseqüentemente aumentará seu protagonismo na comunidade.

Meta 6 - Ação 6.3: Evento de Mobilização Comunitária

Objetivo da ação: Propiciar espaços de mobilização comunitária para a divulgação das ações do PEA-TP e para a disseminação de informações sobre a gestão das rendas petrolíferas. Busca-se valorizar o processo de aprendizado dos sujeitos da ação educativa em relação ao orçamento público municipal, à transparência e à aplicação das rendas petrolíferas, utilizando linguagens e metodologias da educação popular, conforme demandado na Fase II pelos membros do NVC.

Resultados esperados: Ampliação e democratização da discussão sobre as rendas petrolíferas para o público indireto; apropriação por parte dos membros dos NVC das ferramentas necessárias para a construção de pautas e produção de eventos de mobilização comunitária para a incidência política; ampliação das capacidades necessárias à intervenção coletiva, organizada e qualificada para o exercício do controle social.

Roteiro metodológico: Ao longo da Fase II e durante a construção coletiva para a Fase III, os SAE destacaram a importância do uso de linguagens e metodologias diversificadas com base na educação popular (BRANDÃO, 2016) como ferramental pedagógico para despertar o interesse da comunidade para questões relacionadas ao tema das rendas petrolíferas. Também demandaram a difusão do conhecimento adquirido no âmbito do PEA-TP em suas

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

comunidades. Há um entendimento de que o público indireto tem direito de estar bem informado sobre os recursos petrolíferos, como também saber os caminhos que podem levar a uma participação mais efetiva em espaços deliberativos e de tomadas de decisão.

Neste contexto surgiu a concepção do Evento de Mobilização Comunitária (EMC), dando protagonismo aos membros NVC. Serão realizados **dez (10) eventos de mobilização comunitária**, um por município. Esta ação será planejada e executada pelos membros dos NVC com apoio da equipe técnica, com ações articuladas aos demais PEA do município ampliando o debate e a abrangência de mobilização do evento. Como ferramental pedagógico serão utilizadas linguagens de educação popular como, por exemplo, roda de conversa e teatro. Cada NVC escolherá a metodologia de acordo com as afinidades do grupo.

Meta 11 - Ação 11.2: Publicação impressa de um atlas do PEA-TP

Objetivo da ação: Propiciar o acesso, manuseio e interpretação dos dados do atlas, para possibilitar a publicização dos resultados alcançados pelos membros do NVC.

Resultados esperados: Manifestação dos sujeitos enquanto agentes disseminadores do conhecimento por eles produzido, a ser publicizado e popularizado, inter-relacionando diferentes saberes e fazeres.

Roteiro metodológico: Será trabalhado em pelo menos duas reuniões ordinárias de cada NVC, a depender do nível de compreensão e das condições operacionais, visando publicizar internamente os resultados alcançados, por meio de devolutivas explicativas com interlocuções. Esses mesmos resultados subsidiarão ações dos NVC na apropriação dos espaços de participação e controle social municipal e regional, assim como serão utilizados nas reuniões comunitárias. Na organização destas reuniões se buscará a articulação com os demais PEA presentes em cada município de modo a ampliar a divulgação dos resultados obtidos e fortalecimento da mobilização comunitária.

Meta 4 - Ação 4.2: Formação continuada de equipe

Objetivo da ação: Promover aprofundamento teórico sobre temas centrais do PEA-TP, assim como reflexão e prática no uso de ferramentas metodológicas participativas para subsidiar processos educativos adequados aos objetivos do PEA e seus grupos sociais.

Resultados esperados: produção de meios para que as competências teóricas e metodológicas se desenvolvam nos processos educativos; ampliação das capacidades necessárias à intervenção coletiva para o desafio de mediar e auxiliar as ações dos NVC.

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

Roteiro metodológico: Cada uma das seis formações previstas, destinadas à equipe técnica do PEA, terá três dias de duração e será realizada em formato de imersão teórico-prática. Os temas a serem privilegiados estarão focados no aprofundamento dos assuntos diretamente implicados nas ações do PEA-TP: educação ambiental crítica e metodologias da educação popular; licenciamento ambiental; rendas petrolíferas e orçamento público. Outros temas poderão ser escolhidos em função de demandas surgidas na Fase III no trabalho junto aos NVC. A metodologia a ser desenvolvida na formação prevê palestras com especialistas a partir de temas vinculados ao PEA-TP. Em seguida, haverá trabalho em grupos, distribuídos municipal ou regionalmente, com a finalidade de realizar a transposição didática dos conteúdos abordados para a posterior formação dos membros dos NVC a ser realizada pelos técnicos nas reuniões ordinárias, com auxílio dos professores bolsistas quando necessário.

6.1 ESTRATÉGIA EXECUTIVA: PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Mantém-se durante a Fase III o modelo de atividades de planejamento, monitoramento e avaliação regulares e constantes durante as diferentes etapas previstas. Entretanto aumenta-se paulatinamente o grau de autonomia e participação dos sujeitos no planejamento e execução da proposta (QUINTAS et al, 2006).

No processo formativo desta fase se mantém a pesquisa-ação inserida desde sua formulação, promovendo as adequações das ações para as etapas sucessivas após a execução das mesmas e avaliação dos envolvidos. Ou seja, a construção das ações está pautada na observação dos executores e na avaliação dos participantes.

Além da observação constante dos técnicos no diálogo com os membros dos NVC, o processo avaliativo terá dois momentos privilegiados: no final do primeiro ano durante as Oficinas Microrregionais, e na Oficina de Vigília Cidadã que será realizada no segundo semestre do segundo ano. Busca-se com isso reconhecer o contexto da intervenção e verificar a viabilidade e exequibilidade das propostas em um processo de retroalimentação das ações, assim como abrir espaços para modificações caso ocorram desvios ou exigências de reformulações nos propósitos do projeto e nas dinâmicas dos NVC constituídos. Com a dinâmica a ser realizada na Oficina de VC pretende-se publicizar junto à comunidade, às equipes e aos demais PEA as ações desenvolvidas no período e seus resultados.

Tal como nas fases I e II, ao longo do processo serão estimuladas ações de articulação com os PEA, dando destaque ao NEA-BC, com o qual se intensificará o

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

diálogo, a começar pela esfera institucional. Entende-se que o PEA-TP contribuirá na disseminação de conhecimento sobre as rendas petrolíferas; acesso aos dispositivos legais de transparência; estudo e compreensão da LOA; dentre outros.

7. ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

A atualização do DP do PEA-BC na fase III está prevista mediante uma nova edição da pesquisa *survey*. Nesta fase, a pesquisa *survey* objetiva-se gerar informações que permitam atualizar o diagnóstico participativo no aspecto que compete ao PEA-TP: aferição do grau de informação (e desinformação) da dimensão pública das rendas petrolíferas e seus efeitos na BC.

A aplicação de *survey* utilizará o mesmo instrumento de coleta já utilizado nos levantamentos anteriores, porém adotando-se novo desenho amostral, priorizando entrevistas com jovens e adultos, considerando-se a forte representatividade desse perfil no público do PEA. Diferentemente das pesquisas anteriores este *survey*: 1) terá como universo amostral as localidades onde ocorrerão as reuniões comunitárias; 2) deverá ser aplicado pelos bolsistas do projeto com a participação de membros jovens dos NVC, que serão devidamente formados e acompanhados em suas idas a campo pelos pesquisadores que coordenarão a pesquisa. Nesse sentido, o próprio *survey* consistirá em ação educativa com os membros dos NVC.

Esta ação será composta de cinco etapas: (i) seleção dos jovens do NVC que irão participar da execução da pesquisa, (ii) formação para aplicação do *survey* nas comunidades, (iii) aplicação e tabulação dos questionários, (iv) preparação de documento com análise dos dados, (v) devolutiva dos dados obtidos nas comunidades, em dois momentos: primeiro junto aos NVC durante RO e em seguida em reuniões comunitárias. A análise dos dados também subsidiará pelo menos um trabalho acadêmico a ser submetido para publicação.

Além da obtenção de informações, pretende-se com esta ação oportunizar aos jovens participantes do NVC uma aproximação com o universo da pesquisa científica e com a universidade pública. A responsabilidade pela aplicação é da equipe; a participação dos membros jovens dos NVC tem em vista atenuar a barreira simbólica que ainda separa jovens das classes populares da universidade pública.

8. METAS

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

1. Planejamento e execução de uma (01) Oficina de Vigília Cidadã; 2. Realização das reuniões ordinárias quinzenais do Núcleo de Vigília Cidadã nos dez (10) municípios; 3. Aplicação de *survey* nos dez (10) municípios da área de abrangência do projeto nas localidades onde ocorrerão as Reuniões Comunitárias; 4. Realização de seis (06) seminários de formação continuada; 5. Realização de Reuniões Comunitárias quadrimestrais, por município, alternando com as reuniões ordinárias; 6. Realização de Eventos de Mobilização Comunitária, um (01) por município; 7. Funcionamento do espaço virtual de comunicação transmidiática; 8. Edição e publicação de 6.000 unidades de folhetos informativos (TP e NVC); 9. Incentivo e participação do PEA-TP nas atividades de articulação dos demais PEA que compõem o PEA-BC; 10. Produção, manutenção e gestão do Banco de Imagens integrado nos NVC; 11. Publicação impressa (500 volumes) de um atlas do PEA-TP, produto que foi desenvolvido e publicado em formato digital na fase II do PEA-TP; 12. Edição e publicação de um (01) livro sobre a experiência do projeto “Territórios do Petróleo” e a problemática dos royalties nos municípios da região (1.000 volumes); 13. Produção de um (01) simpósio vinculado às temáticas do PEA-TP; 14. Participação em até quatro (04) seminários e/ou, congressos e/ou, colóquios (nacionais) e submissão de artigos científicos relacionados à temática do PEA-TP.

9. INDICADORES

Os indicadores do projeto estão alinhados ao Sistema de Avaliação de PEAs disponibilizado pelo IBAMA, conforme apresentado na tabela abaixo. Este será utilizado para a análise do desenvolvimento das ações.

Tabela 2: Indicadores qualitativos e quantitativos

INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS
1. Qualidade da atividade pedagógica desenvolvida considerando a avaliação dos membros dos NVC; 2. Envolvimento dos sujeitos nas atividades educativas, capacidade de articulação entre os problemas locais e a importância de exercer o controle social 3. Apropriação do conhecimento demonstrado pela qualidade da prática do grupo	01 oficina de Vigília Cidadã realizada 06 oficinas microrregionais de Vigília Cidadã realizadas
1. Representação diversificada das comunidades diretamente afetadas 2. Valorização de conhecimentos e práticas locais/tradicionais que auxiliem no processo de transposição linguística e de aprendizado. 3. Valorização das histórias dos grupos sociais participantes, fortalecendo sua (s) identidade (s) e seus territórios 4. Os sujeitos da ação educativa apresentam postura protagonista, autônoma dentro do NVC e em suas comunidades	300 reuniões ordinárias realizadas; 375 reuniões comunitárias realizadas; 10 Eventos de Mobilização Comunitária realizados; 24 ações de articulação com os PEA; 10 participações em espaços de controle social (audiências públicas,

<p>5. Capacidade de organização e mobilização para as reuniões comunitárias e para os eventos de mobilização comunitária;</p> <p>6. Capacidade de correlacionar as pautas das reuniões comunitárias aos objetivos do projeto;</p> <p>7. Capacidade de correlacionar os conteúdos debatidos/elucidados nas reuniões ordinárias aos conteúdos produzidos para a realização dos eventos de mobilização comunitária (peça teatral; letra dos raps etc)</p> <p>8. Competências adquiridas para a participação e para exercício do controle social sobre políticas públicas locais relacionadas as rendas petrolíferas;</p> <p>9. Qualidade da participação organizada dos SAE em espaços de controle social;</p> <p>10. Criação de novos espaços legítimos de participação no município a partir da contribuição dos membros do Núcleo de Vigília Cidadã</p>	conselhos etc); 3.000 presenças dos membros nas reuniões ordinárias
<p>1. Desenvolvimento de competência para a aplicação de pesquisa <i>survey</i>;</p> <p>2. Envolvimento dos membros dos NVC no processo pedagógico de validação do instrumento de coleta;</p> <p>3. Aferição do nível de informação sobre rendas petrolíferas</p>	Números de questionários aplicados por município
<p>1. Desenvolvimento de capacidade crítica e pedagógica dos profissionais e bolsistas relacionados aos temas do projeto</p>	06 seminários de formação continuada realizados
<p>1. Aumento da participação de forma coletiva e reconhecida pelos pares.</p> <p>2. Capacidade de organização e mobilização para as reuniões comunitárias;</p> <p>3. Capacidade de correlacionar as pautas das reuniões comunitárias aos objetivos do projeto</p> <p>4. Capacidade de agregar novos atores ao processo de gestão ambiental pública</p> <p>5. Surgimento e/ou fortalecimento de grupos exercendo o controle social.</p> <p>6. Contribuição na qualificação da participação dos grupos envolvidos (jovens, comunidades tradicionais e urbanas) em outros espaços de controle social no território.</p>	375 reuniões comunitárias realizadas 4.000 participantes
<p>1. Atendimento às propostas elaboradas pelos membros durante a construção coletiva da fase III em concordância com os objetivos do PEA –TP;</p> <p>2. Capacidade de organização e mobilização para as reuniões comunitárias e para os eventos de mobilização comunitária;</p> <p>3. Capacidade de correlacionar os conteúdos debatidos/elucidados nas reuniões ordinárias aos conteúdos produzidos para a realização dos eventos de mobilização comunitária (peça teatral; letra dos raps etc)</p> <p>4. Representação diversificada das comunidades diretamente afetadas</p> <p>5. Valorização de conhecimentos e práticas locais/tradicionais que auxiliem no processo de transposição linguística e de aprendizado.</p> <p>6. Valorização das histórias dos grupos sociais participantes, fortalecendo sua(s) identidade(s) e seus territórios</p>	10 eventos realizados; 07 PEA convidados participando; 600 participantes
<p>1. Adequação da disseminação das informações sobre questões socioambientais referentes ao PEA-TP</p>	2.000 acessos ao espaço virtual; Número de produtos e ações divulgadas; Número de matérias elaboradas e divulgadas
<p>1. Clareza nas informações sobre o projeto;</p> <p>2. Envolvimento dos membros do NVC na elaboração</p>	02 folhetos informativos elaborados; 6.000 de folhetos distribuídos
<p>1. Envolvimento nas ações dos demais PEA</p>	24 participações nas ações dos demais PEA pela equipe técnica e membros do NVC
<p>1. Protagonismo dos membros dos NVC na produção e escolha das imagens e dos respectivos metadados</p>	3.000 imagens indexadas pelos membros dos NVC
<p>1. Publicização dos resultados a respeito da realidade e dos impactos do seu entorno sob a</p>	Publicação impressa do atlas realizada;

perspectiva dos membros do Núcleo de Vigília Cidadã 2. Utilização do Atlas como material didático nas reuniões ordinárias e comunitárias	500 cópias distribuídas
1. Publicização de resultados de pesquisas, experiências pedagógicas adotadas na fase III e informações sobre participações governamentais e questões socioambientais; 2. Clareza nas informações sobre o projeto; 3. Qualidade gráfica do produto	01 livro elaborado e publicado; 1000 livros distribuídos
1. Publicização de resultados de pesquisas relacionados aos temas abordados pelo projeto	01 simpósio realizado
1. Publicização de resultados de pesquisas relacionados aos temas abordados pelo projeto	20 participações com trabalho científico

10. LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

As Linhas de investigação desenvolvidas serão duas:

1) Rendas petrolíferas, controle social e vigília cidadã. As pesquisas ao amparo desta linha versam sobre:

- a) Tendências dos repasses de *royalties* e participações especiais para os municípios abrangidos pelo PEA à luz (i) da instabilidade resultante da judicialização do marco legal, (ii) da perda de centralidade da Bacia de Campos na atração de novos investimentos e (iii) do crescimento da produção sob o regime de partilha;
- b) Inteligibilidade dos mecanismos de transparência disponibilizados pelo Poder Público dos municípios abrangidos pelo PEA, privilegiando, quando possível, perspectiva comparada;
- c) Participação e engajamento dos sujeitos da ação educativa em canais institucionalizados de controle social;
- d) Práticas e rotinas de vigília cidadã a serviço do controle social das rendas petrolíferas na Bacia de Campos.

2) Educação popular, metodologias participativas e avaliação no licenciamento ambiental. As pesquisas ao amparo desta linha versam sobre:

- a) Processos pedagógicos baseados na educação ambiental crítica aplicados a grupos heterogêneos sob os pontos de vista da faixa etária, identidades e territorialidades;
- b) Modelos de abordagem pedagógica fundados em perspectiva dialógica e participativa na Vigília Cidadã;
- c) Educação popular, informação, conhecimento e novas tecnologias na gestão ambiental;
- d) Tensões, possibilidades e limites envolvidos em processos avaliativos aplicáveis à gestão do PEA.

11. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

No marco das atividades regulares dos NVC, serão realizadas ações pedagógicas que analisem a conjuntura do desenvolvimento do projeto e permitam prever de forma

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

coletiva a continuidade ou redesenho das ações do PEA-TP, em consonância com as deliberações e ponderações obtidas das avaliações junto ao órgão ambiental.

12. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

A equipe executora é composta por professores da UENF e técnicos capacitados. O perfil dos profissionais envolvidos é interdisciplinar abrangendo áreas do conhecimento que se relacionam com os temas centrais e transversais ao foco do projeto. A relação do perfil dos profissionais encontra-se no Anexo 3.

13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Segue o cronograma financeiro contendo a previsão orçamentária para a operacionalização da fase III. Este demonstrativo financeiro será apresentado apenas na versão impressa, com a tarja de confidencial, em função da Lei Nº 10.650/2003, Art. 2º § 2º, que assegura o sigilo de informações financeiras. As ações previstas no cronograma físico vide Tabela 4.

Tabela 3: Cronograma financeiro do Plano de Trabalho PEA-TP (em R\$)

CONFIDENCIAL

A Petrobras se compromete em encaminhar o valor atualizado ao final do processo licitatório.

	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	------------------------------	---	------------------	---------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados*, v. 42, n. 4, 1999, p. 655-690.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação Popular. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 61, jul./set. 2016, pp. 89-106.

BRASIL, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 02/09/2018.

BRASIL, LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 02/09/2018.

CAPURRO, Rafael and HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2007, vol.12, n.1, pp.148-207.

COSTA, Francisco de Assis Morais da. (org.) *Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação*. Brasília: MMA, 2008.

DUTRA, Roberto. Governabilidade, governança e poder informal. Um problema central de sociologia política. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 153-171, jan.-mar. 2016.

KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.

----- *Una Pedagogia de la Comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

PERUZZO, Cicilia M.K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB*, 2006.

TASSARA, Eda. *Dicionário Socioambiental: ideias, definições e conceitos*. São Paulo: FAART, 2008.

PRATA, Nilson Vidal. *Informação e democracia deliberativa: um estudo de caso de participação política na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

QUINTAS, J. S., GOMES, P. M.; UEMA, E. E. *Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento*. Brasília, DF: IBAMA, 2006.

 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

ANEXO 1: Projeção da incidência do PEA-TP no percurso para alcançar o controle social e etapas percorridas.

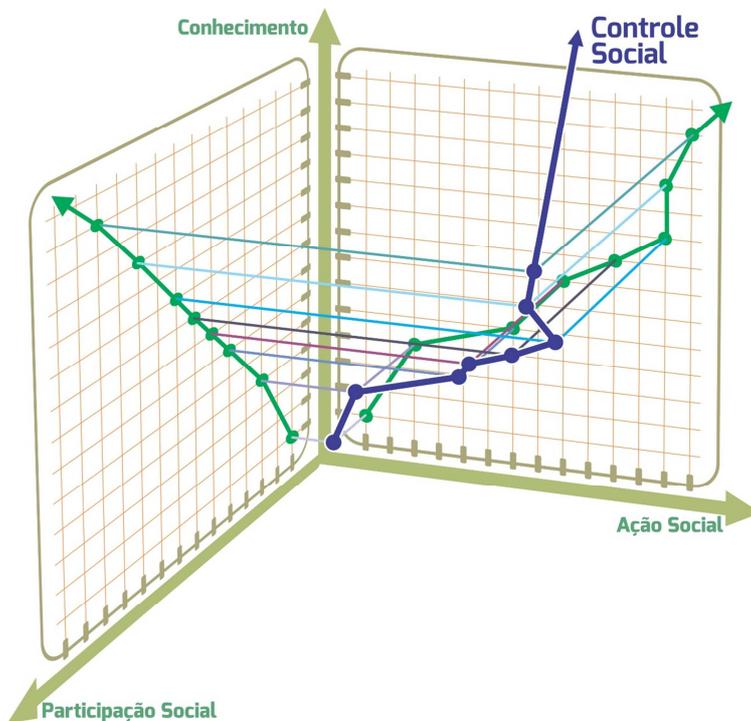


Figura 1 – Modelo de projeção da incidência do PEA-TP no percurso para alcançar o controle social

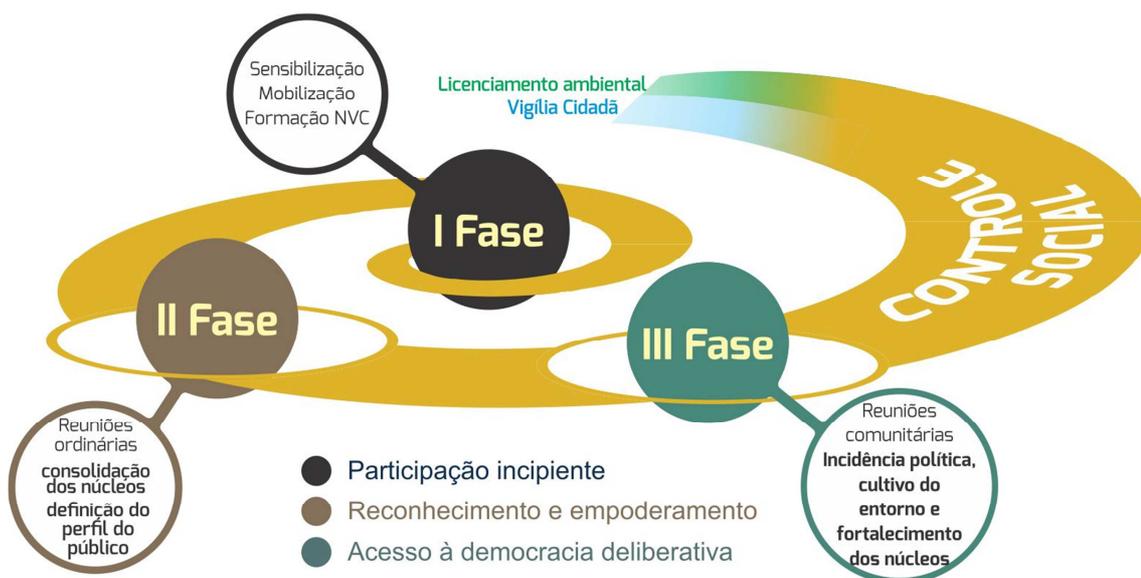


Figura 2: Etapas percorridas pelo PEA-TP e quais ainda almeja percorrer nesta fase para o controle social

	Responsável Técnico	Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
--	---------------------	--------------------------------	------------------	---------

ANEXO 2: QUADRO SÍNTESE OBJETIVOS, METAS, INDICADORES

OBJETIVOS	JUSTIFICATIVA PEDAGÓGICA	METAS	INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS
I. Desenvolver ações que permitam aos sujeitos da ação educativa conhecer o processo político e legal de elaboração e execução do orçamento público municipal; II. Pôr em prática ações que permitam aos sujeitos da ação educativa conhecer as fontes das rendas petrolíferas municipais, compreender as vinculações legais que condicionam sua	A fundamentação pedagógica deste objetivo se pauta no desenvolvimento de um conjunto de práticas de caráter participativo sedimentado no incentivo ao diálogo horizontal, na troca de experiências, na coprodução e na partilha de conhecimento local, vislumbrando a consolidação de uma comunidade de aprendizado. Cabe observar que as informações que serão trocadas e compartilhadas	Planejamento e execução de Oficinas de Vigília Cidadã	1. Qualidade da atividade pedagógica desenvolvida considerando a avaliação dos membros dos NVC 2. Envolvimento dos sujeitos nas atividades educativas, capacidade de articulação entre os problemas locais e a importância de exercer o controle social 3. Apropriação do conhecimento demonstrada pela qualidade da prática do grupo	01 oficina de Vigília Cidadã realizada
		Realização das reuniões ordinárias do Núcleo de Vigília Cidadã nos dez (10) municípios	1. Representação diversificada das comunidades diretamente afetadas 2. Valorização de conhecimentos e práticas locais/tradicionais que auxiliem no processo de	300 reuniões

<p>aplicação e rastrear sua destinação via elaboração e execução do orçamento municipal;</p>	<p>têm como foco o conhecimento de dados, fontes e dispositivos sobre processo político e legal de elaboração e execução do orçamento público municipal.</p> <p>Também pretende estimular exercício da Vigília Cidadã, de forma que tal prática estimule a capacidade crítica dos membros dos NVC de analisar os processos socioambientais nos quais estão inseridos para o controle social. Desta forma, as ações deste objetivo pretendem qualificar e incentivar a incidência política do grupo no controle social</p>		<p>transposição linguística e de aprendizado.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Valorização das histórias dos grupos sociais participantes, fortalecendo sua(s) identidade(s) e seus territórios 4. Os sujeitos da ação educativa apresentam postura protagonista, autônoma dentro do NVC e em suas comunidades 5. Capacidade de organização e mobilização para as reuniões comunitárias e para os eventos de mobilização comunitária; 6. Capacidade de correlacionar as pautas das reuniões comunitárias aos objetivos do projeto; 7. Capacidade de correlacionar os conteúdos debatidos/elucidados nas reuniões ordinárias aos conteúdos produzidos para a realização dos eventos de mobilização comunitária (peça teatral; letra dos raps etc) 8. Competências adquiridas para a participação e para exercício do controle social sobre políticas públicas locais relacionadas as rendas petrolíferas; 9. Qualidade da participação organizada dos SAE em espaços de controle social; 	<p>ordinárias realizadas;</p> <p>375 reuniões comunitárias realizadas;</p> <p>10 Eventos de Mobilização Comunitária realizados;</p> <p>24 ações de articulação com os PEA;</p> <p>10 participações em espaços de controle social (audiências públicas, conselhos etc);</p> <p>3.000 presenças dos membros nas reuniões ordinárias</p>
--	---	--	---	---

	da renda petrolífera, local e regionalmente		10. Criação de novos espaços legítimos de participação no município a partir da contribuição dos membros do Núcleo de Vigília Cidadã	
		Realização de seis (06) seminários de formação continuada	1. Desenvolvimento de capacidade crítica e pedagógica dos profissionais e bolsistas relacionados aos temas do projeto	06 seminários de formação continuada realizados
III. Conferir protagonismo aos sujeitos da ação educativa na construção e/ou manuseio de ferramentas destinadas a disseminar conhecimentos sobre rendas petrolíferas e orçamento público municipal;	A intencionalidade pedagógica neste objetivo tem como proposta contribuir com o fortalecimento da Vigília Cidadã como prática social comunitária e para o aumento do protagonismo dos membros dos NVC através da diminuição das assimetrias de acesso a informação do público do	Aplicação de survey nos dez (10) municípios da área de abrangência do projeto nas localidades onde ocorrerão as Reuniões Comunitárias	1. Desenvolvimento de competência para a aplicação de pesquisa <i>survey</i> ; 2. Envolvimento dos membros dos NVC no processo pedagógico de validação do instrumento de coleta; 3. Diminuição da desinformação sobre Rendas Petrolíferas	Números de questionários aplicados por município
		Realização de Reuniões Comunitárias trimestrais, por município, alternando com as reuniões ordinárias	1. Aumento da participação de forma coletiva e reconhecida pelos pares. 2. Capacidade de organização e mobilização para as reuniões comunitárias; 3. Capacidade de correlacionar as pautas das reuniões comunitárias aos objetivos do projeto 4. Capacidade de agregar novos atores ao processo de gestão ambiental pública 5. Surgimento e/ou fortalecimento de grupos	375 reuniões comunitárias realizadas 4.000 participantes

	PEA-TP		exercendo o controle social. 6. Contribuição na qualificação da participação dos grupos envolvidos (jovens, comunidades tradicionais e urbanas) em outros espaços de controle social no território.	
		Realização de Eventos de Mobilização Comunitária, sendo um (01) por município	1. Atendimento às propostas elaboradas pelos membros durante a construção coletiva da fase III em concordância com os objetivos do PEA – TP; 2. Capacidade de organização e mobilização para as reuniões comunitárias e para os eventos de mobilização comunitária; 3. Capacidade de correlacionar os conteúdos debatidos/elucidados nas reuniões ordinárias aos conteúdos produzidos para a realização dos eventos de mobilização comunitária (peça teatral; letra dos raps etc) 4. Representação diversificada das comunidades diretamente afetadas 5. Valorização de conhecimentos e práticas locais/tradicionais que auxiliem no processo de transposição linguística e de aprendizado. 6. Valorização das histórias dos grupos sociais	10 eventos realizados; 07 PEA convidados participando; 600 participantes

			participantes, fortalecendo sua(s) identidade(s) e seus territórios	
		Funcionamento do espaço virtual de comunicação transmidiática	1. Adequação da disseminação das informações sobre questões socioambientais referentes ao PEA-TP	2000 acessos ao espaço virtual; 60 matérias elaboradas e divulgadas
		Edição e publicação de 12.000 unidades de folhetos informativos (TP e NVC)	1. Clareza nas informações sobre o projeto; 2. Envolvimento dos membros do NVC na elaboração	02 folhetos informativos elaborados; 6000 folhetos distribuídos
		Incentivo e participação nas atividades de articulação dos PEA	1. Envolvimento nas ações dos demais PEA 2. Clareza na especificidade do PEA-TP perante os outros PEA	24 participações nas ações dos demais PEA pela equipe técnica e membros do NVC
		Produção, manutenção e gestão do Banco de Imagens integrado nos NVC	1. Protagonismo dos membros dos NVC na produção e escolha das imagens e dos respectivos metadados	3000 imagens indexadas pelos membros dos NVC;

		Publicação impressa (500 volumes) de um Atlas do PEA-TP, produto que foi desenvolvido e publicado em formato digital na fase II do PEA – TP	<ol style="list-style-type: none"> 1. Publicização dos resultados a respeito da realidade e dos impactos do seu entorno sob a perspectiva dos membros do Núcleo de Vigília Cidadã 2. Utilização do Atlas como material didático nas reuniões ordinárias e comunitárias 	Publicação impressa realizada; 500 cópias distribuídas.
IV. Promover e divulgar investigações científicas e de extensão no campo interdisciplinar que subsidiem o instrumental pedagógico da vigília cidadã e as práticas do PEA-TP no contexto da gestão ambiental pública	A relação pedagógica deste objetivo com a prática da Vigília Cidadã está diretamente ligada a observação social como um dispositivo de gestão partilhada de informação e comunicação em torno do	Edição e publicação de um (01) livro sobre a experiência do projeto “Territórios do Petróleo” (1000 volumes)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Publicização de resultados de pesquisas, experiências pedagógicas adotadas na fase III e informações sobre participações governamentais e questões socioambientais; 2. Clareza nas informações sobre o projeto; 3. Qualidade gráfica do produto 	01 livro elaborado e publicado; 1000 livros distribuídos
		Produção de um (01) simpósio vinculado às temáticas do PEA-TP	<ol style="list-style-type: none"> 1. Publicização de resultados de pesquisas relacionados aos temas abordados pelo projeto 	01 simpósio realizado

do PEA BC.	recebimento e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais no âmbito municipal da área de abrangência do projeto	Participação em até quatro (04) seminários e/ou, congressos e/ou, colóquios (nacionais) e submissão de artigos científicos relacionados à temática do PEA-TP	1. Publicização de resultados de pesquisas relacionados aos temas abordados pelo projeto	20 participações com trabalho científico
------------	--	--	--	--

ANEXO 3: RELAÇÃO DE PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
PERFIL DOS PROFISSIONAIS

COORDENAÇÃO				
Cargo	Graduação	Pós-Graduação (preferencialmente)	Pré-requisitos	Detalhamento Funcional
Coordenador/a Técnico	Graduação em História	Doutorado em História	Possuir 5 anos ou mais de experiência em intervenção social e desenvolvimento de comunidades de baixa renda	Coordenação das equipes de campo, escritório e pesquisa que desenvolverão as ações do PEA Territórios. Analisar, orientar e responder tecnicamente pelo cumprimento das metas estabelecidas e alcance dos objetivos propostos no Plano de Trabalho aprovado pelo Ibama. Planejar ações futuras
Coordenador/a Pedagógico	Graduação em Pedagogia, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais ou áreas afins	Doutorado na área da Educação	Possuir 3 anos ou pesquisa e trabalho de campo ligado a comunidades tradicionais	Coordenação Pedagógica das ações educativas a serem implementadas. Coordenar planejamento e realização de ações formativas e eventos. Coordenar a elaboração de detalhamento de atividades e material pedagógico. Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem no processo formativo tanto da equipe técnica, quanto dos sujeitos das ações educativas do PEA Territórios. Encaminhar e acompanhar processos de articulação e troca de experiências e aprendizagem entre equipes municipais, pesquisa e demais PEA
Coordenador/a Social Regional Pleno (Campo)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas	Especialização Lato Sensu e, ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor;	A partir de 5 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 5 anos em projetos sociais ou experiência de pelo menos 2 anos em coordenação ou supervisão em	Formação e nivelamento de equipe, organização de eventos, cursos, palestras e afins; identificação de potencialidades dos grupos; cronogramas e gestão organizacional, custos, organogramas e fluxogramas; liderança de reuniões, tomada e
				
Responsável Técnico		Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02

afins em curso reconhecido pelo MEC	gestão ambiental, gestão de recursos hídricos e afins.	projetos Habilitação B	sociais.	execução de decisões vinculadas ao projeto, elaboração de relatórios de atividades desenvolvidas por mês/ciclo/ano
-------------------------------------	--	---------------------------	----------	--

Equipe técnica				
Cargo	Graduação	Pós-Graduação (preferencialmente)	Pré-requisitos	Detalhamento Funcional
Supervisor Social Regional Pleno (Campo)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC.	Especialização Lato Sensu e, ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor; gestão ambiental, gestão de recursos hídricos e afins	A partir de 3 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 4 anos em projetos sociais ou experiência de pelo menos 2 anos em coordenação ou supervisão em projetos sociais. Habilitação B	Formação e nivelamento de equipe, organização de eventos, cursos, palestras e afins; identificação de potencialidades dos grupos; cronogramas e gestão organizacional, custos, organogramas e fluxogramas; liderança de reuniões, tomada e execução de decisões vinculadas ao projeto, elaboração de relatórios de atividades desenvolvidas por mês/ciclo/ano
Supervisor Social Regional Pleno (Administrativo)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC	Especialização Lato Sensu e, ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor; gestão ambiental, gestão de recursos hídricos e afins	A partir de 3 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 4 anos em projetos sociais ou experiência de pelo menos 2 anos em coordenação ou supervisão em projetos sociais. Habilitação B	
Supervisor Social Regional Pleno (Pedagógico)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em	Especialização Lato Sensu e, ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor; gestão	A partir de 3 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 4 anos em projetos sociais ou experiência de pelo menos 2 anos em coordenação ou supervisão em projetos	

 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela implementação	Setembro de 2019	Rev. 02
---	------------------------------	---	------------------	---------

	curso reconhecido pelo MEC	ambiental, gestão de recursos hídricos e afins	sociais. Habilitação B	
Técnico Social 4 (Apoio a gestão)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC	De preferência com especialização Lato Sensu e, ou Mestrado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor; gestão ambiental, gestão de recursos hídricos e afins	A partir de 2 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 4 anos em projetos sociais ou Pós-Graduação em áreas afins. Habilitação B	Apoio a supervisão de campo e administrativo na execução da formação e nivelamento de equipe, da organização de eventos, cursos, palestras e afins; na identificação de potencialidades dos grupos; na elaboração e implementação dos cronogramas e gestão organizacional, dos custos, dos organogramas e dos fluxogramas; nas lideranças de reuniões, tomada e execução de decisões vinculadas ao projeto, elaboração de relatórios de atividades desenvolvidas por mês/ciclo/ano
Técnico Social 4 (Campo)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC	De preferência com especialização Lato Sensu e, ou Mestrado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor; gestão ambiental, gestão de recursos hídricos e afins	A partir de 2 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 4 anos em projetos sociais ou Pós-Graduação em áreas afins. Habilitação B	Apoio e orientação das equipes de campo municipais na capacitação, na mobilização e ações sociais. Operacionalização de atividades diretamente relacionadas ao projeto; preenchimento de planilhas e percepção da dinâmica socioeconômica, elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas e organização de reuniões, oficinas e eventos comunitários
Técnico Social 4 (pedagógico)	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC	De preferência com especialização Lato Sensu e, ou Mestrado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão do terceiro setor; gestão ambiental, gestão de recursos hídricos e afins	A partir de 2 anos de formação após a graduação. Experiência de pelo menos 4 anos em projetos sociais ou Pós-Graduação em áreas afins. Habilitação B	Apoio e orientação à coordenação e equipes de campo municipais na capacitação, na avaliação e no acompanhamento pedagógico. Operacionalização de atividades de formação de equipe; acompanhamento e análise da participação nas atividades; preenchimento de planilhas e percepção da dinâmica socioeconômica, elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas e organização de reuniões e oficinas. Planejamento e acompanhamento de atividades voltadas a educação ambiental para o público infantil

Técnico Social (designer gráfico)	3	Graduado em designer gráfico em curso reconhecido pelo MEC	Não se aplica	A partir de 1 ano de formação após a graduação ou experiência na área. Habilitação B (preferencialmente)	Elaboração, criação e desenvolvimento das artes gráficas dos variados materiais referentes ao projeto
Técnico Social (Campo)	3	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC	Não se aplica	Experiência de pelo menos 2 anos em projetos sociais. Habilitação B (Preferencialmente)	Capacitação, mobilização e ações sociais em apoio aos NVC. Operacionalização de atividades direta e diretamente relacionadas ao projeto; preenchimento de planilhas e percepção da dinâmica socioeconômica, elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas e organização de reuniões, oficinas e eventos comunitários
Técnico Social (Logística)	3	Graduado (Tecnólogo, Bacharelado ou Licenciatura) em Logística, Engenharia de Produção, Gestão de Projeto, Administração, ou áreas afins, em curso reconhecido pelo MEC	Não se aplica	Habilitação B	
Técnico Social (Pedagógico)	3	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências biológicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou áreas afins em curso reconhecido pelo MEC	Não se aplica	Experiência de pelo menos 2 anos em projetos sociais. Habilitação B (Preferencialmente)	Apoio à coordenação e equipes de campo municipais na capacitação, na avaliação e no acompanhamento pedagógico. Operacionalização de atividades de formação de equipe; acompanhamento e análise da participação nas atividades; preenchimento de planilhas e percepção da dinâmica socioeconômica, elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas e organização de reuniões e oficinas. Planejamento e acompanhamento de atividades voltadas a educação ambiental para o público infantil
Técnico Social	2	Técnico de Nível Médio.	Não se aplica	Formação de nível médio.	Capacitação, mobilização e ações sociais em

(Campo)			Experiência de pelo menos 2 anos. Habilitação B (Preferencialmente)	apoio aos NVC. Operacionalização de atividades direta e diretamente relacionadas ao projeto; preenchimento de planilhas e percepção da dinâmica socioeconômica, elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas e organização de reuniões, oficinas e eventos comunitários
Técnico Social 2 (Apoio a gestão)	Técnico de Nível Médio.	Não se aplica	Formação de nível médio. Experiência de pelo menos 2 anos. Habilitação B (Preferencialmente)	Apoio a supervisão de campo e administrativo na organização de eventos, cursos, palestras e afins; na elaboração e implementação dos cronogramas e gestão organizacional, dos custos; planejamento, monitoramento e armazenamento dos documentos; distribuição de material
Agente de mobilização	Não se aplica.	Não se aplica	Capacidade de liderança e mobilização comunitária; membro do NVC ou residente nas comunidades na área de abrangência do projeto	Mobilização comunitária, apoio a elaboração e realização das ações sociais e apoio a equipe técnica municipal

LINHAS DE INVESTIGAÇÃO:	1. RENDAS PETROLÍFERAS, CONTROLE SOCIAL E VIGÍLIA CIDADÃ			
	2. EDUCAÇÃO POPULAR, METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E AVALIAÇÃO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL			
PERFIL PROFISSIONAL				
Nível	Graduação	Pós-Graduação	Pré-requisitos	Detalhamento Funcional
Pesquisador	Graduação em todas as áreas de atuação com reconhecimento da CAPES/CNPq/MEC	Mestrado e Doutorado em áreas relacionadas a: políticas públicas; desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental; educação	Ser professor ou técnico aprovado em concurso público em instituição pública	Desenvolvimento de pesquisas, atividade de campo e pedagógicas; elaboração de relatórios, artigos científicos e de opinião, balanços e afins relacionados diretamente com as atividades do projeto; divulgação de dados, informações e análises pertinentes ao projeto em andamento e/ou atividades em execução

		ambiental e afins		
Pós-doc	Graduação em todas as áreas de atuação com reconhecimento da CAPES/CNPq/MEC	Mestrado e Doutorado em áreas relacionadas a: políticas públicas; desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental; educação ambiental e afins	A partir de quatro anos de formação após a graduação	Desenvolvimento de pesquisas, atividade de campo e pedagógicas; elaboração de relatórios, artigos científicos e de opinião, balanços e afins relacionados diretamente com as atividades do projeto; divulgação de dados, informações e análises pertinentes ao projeto em andamento e/ou atividades em execução
Doutorado	Graduação em todas as áreas de atuação com reconhecimento da CAPES/CNPq/MEC	Mestrado em áreas relacionadas a: políticas públicas; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental; educação ambiental e afins	A partir de dois anos de formação após a graduação	Desenvolvimento de pesquisas, atividade de campo e pedagógicas; elaboração de relatórios, artigos científicos e de opinião, balanços e afins relacionados diretamente com as atividades do projeto; divulgação de dados, informações e análises pertinentes ao projeto em andamento e/ou atividades em execução
Mestrado	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, e ou cursos das Ciências Sociais e/ou Ciências Sociais Aplicadas da CAPES	Mestrado concluído ou a ser realizado em áreas relacionadas a: políticas públicas; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, educação ambiental e afins	A partir de um ano de formação após a graduação.	Desenvolvimento de pesquisas, relatórios, artigos científicos e de opinião, balanços e afins relacionados diretamente com as atividades do Projeto Pescarte; divulgação de dados, informações e análises pertinentes ao projeto em andamento e/ou atividades em execução
Consultoria	Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Educação, Letras, Ciências Econômicas, Administração, Pedagogia, Psicologia e/ou Ciências Sociais Aplicadas da CAPES	Especialização/mestrado concluído ou a ser realizado em áreas relacionadas a: educação ambiental, educação popular, comunicação social, ecologia de comunidades, linguística, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário e afins	A partir de um ano de formação após a graduação	Assessoria no desenvolvimento das ações educativas do projeto, podendo participar do desenvolvimento de pesquisas, atividades pedagógicas, revisão de relatórios e material didático, análises pertinentes ao projeto em andamento e/ou atividades em execução

Bolsista de Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão Inovadora	Graduação em curso em qualquer curso reconhecido pela MEC	Não se aplica	Não se aplica	Estudos dirigidos, coleta e tratamento de dados de campo para posterior análise estatística quali/quantitativa, científica e profissional; observação participante, participação em eventos, apresentações e afins relacionados com o projeto
Apoio Técnico II	Graduação em curso em qualquer curso reconhecido pela MEC	Não se aplica	Não se aplica	Elaboração e revisão de material didático, elaboração e edição de conteúdos gráficos, audiovisuais, suporte às atividades de campo, acompanhamento de atividades em gestão de processos vinculados ao projeto
Apoio Técnico I	Ensino Médio e Técnico concluído	Não se aplica	Não se aplica	Acompanhamento de atividades em gestão de processos vinculados ao projeto, suporte às atividades de campo

ANEXO 4: CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL			
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO			
Data de última atualização:	01/08/2018	Data de validade:	01/08/2020
CPF: 014.226.047-99			
NOME: MARCELO CARLOS GANTOS			
LOGRADOURO: RUA GUSTAVO SAMPAIO			
N.º: 260	COMPLEMENTO: 1101 FDS		
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO		UF: RIO DE JANEIRO	
Ocupações e áreas de atividades declaradas:			
Cientista Político			
Realizar estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas			
01/08/2018			
TERMOS DA INSCRIÇÃO NO CTF/AIDA			
A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.			
A inscrição no CTF/AIDA não desobriga a pessoa física da obtenção de:			
i) licenças, autorizações, permissões, concessões, ou alvarás;			
ii) documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional;			
iii) demais documentos exigíveis por órgãos e entidades federais, distritais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades; e			
iv) do Comprovante de Inscrição e do Certificado de Regularidade emitidos pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, quando esses também forem exigíveis.			
O Comprovante de Inscrição no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.			